

## EDITORIAL

Muito se tem falado e escrito sobre estarmos vivendo na Era do Conhecimento, rebento da Era da Informação. Esta – que se seguiu à Industrial – baseou-se nas ricas possibilidades de captação de novos dados, disponibilizadas pelo grande avanço tecnológico no campo das inovações em informática. Avanço que, por sua vez, fora induzido, em cadeia, pelos impulsos germinados nos esforços industriais da II Guerra Mundial.

Em cada um desses períodos concatenados da história da humanidade e nos que os antecederam surgiram novas formas de pensar, porque os paradigmas do pensamento se modificavam. Essa modificação passou a ocorrer em velocidades correspondentes à aceleração das mudanças culturais e nem sempre eram incorporadas oportunamente pelas pessoas comuns, devido aos avanços na rapidez do surgimento das inovações. Por isso, havia – e ainda há – um retardo em passar a pensar e interpretar a realidade segundo os novos modelos. Isso se aplica com perfeição ao processo da criação e interpretação de um texto introdutor de novas ideias.

As edições da revista do Instituto Meira Mattos apresentam artigos que requerem atenção dos leitores para participarem interativamente desse processo de duas vias, dada a natureza estratégica das matérias. Ora, a característica predominante de qualquer estratégia – militar, corporativa ou pessoal – é sua destinação a ajudar organizações, sistemas ou pessoas na jornada para o futuro, a partir da realidade conhecida, fazendo as mudanças necessárias para lá chegar como um ente melhor ou mais competitivo. Contemporaneamente, os procedimentos estratégicos ocorrem em ritmo exponencializado; o que torna fundamental os autores bem interpretarem que são agentes indutores do conhecimento a partir de dados extremamente fugazes – e não simples disponibilizadores de informação. Da mesma forma que é importante os leitores se imbuírem de que são coautores do salto instantâneo da informação para o acervo pessoal de conhecimento.

Nessa Era do Conhecimento, talvez a melhor atitude do leitor seja a de situar as ideias em um quadro mais amplo do que o ambiente delimitado na narrativa, compreender as circunstâncias atuais conforme o escritor as vê, destrancar o raciocínio para as diversas possibilidades que o tema abre para aplicações futuras, procurar intuir os modos de aumentar a probabilidade de ocorrência útil das possibilidades, e, com criatividade, fazê-las ocorrer na sua mente. As matérias desta edição se prestam muito bem a esse exercício.

À guisa de apresentação dos artigos desta edição, seguem-se alguns comentários sobre eles.

No artigo O Pensamento Crítico e o Processo Decisório do Comandante Tático, o major Reis Matos nos apresenta trabalho de grande utilidade para o aperfeiçoamento da formação dos oficiais graduados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Ele aborda, com objetividade e nítida preocupação com a pesquisa de campo, a proposta básica da escola – como pensar criativamente a solução de problemas. Para isso, utilizou o nível tático das operações militares como ferramenta auxiliar na consecução do seu propósito.

É possível perceber seu cuidado em não entrar na seara do conhecimento específico da doutrina militar da Força Terrestre e em procurar se ater à importância do pensamento crítico na fase do diagnóstico da situação, antecedente da decisão do comandante, a grande balizadora do planejamento das operações táticas. Sua atenção ao exame da situação – o qual sempre está em andamento, inclusive durante a execução do plano de operações – diz bem do rico campo de liberdade nele disponível para a criatividade

das mentes dos membros dos estados-maiores. Esse desembaraço poderá ser praticado nos passos cartesianos do processo e, sobretudo, no momento dialético da análise da reação das nossas linhas de ação ante as possibilidades do adversário.

Reis Matos tomou tal rumo, porque se impôs manter-se focado em sugerir medidas de aperfeiçoamento da forma de ensino que facilitasse a libertação das mentes da perversa tendência à busca do alinhamento com os gabaritos – muito comum entre alunos de cursos em que se aplicam notas às provas. Ótimo que assim tenha procedido, pois forneceu à escola subsídios para ajuda à evolução do pensamento criativo dos discentes, adaptáveis à didática de quaisquer disciplinas.

Apesar da aplicabilidade geral do estudo, nos limitemos à visão do uso do pensamento crítico no campo militar. A nossa profissão é essencialmente prática e de execução coletiva. Os princípios de guerra, da estratégia e da tática, codificados empiricamente em milênios de conflitos, dão-lhe caráter de ciência. Não obstante, a habilidade em dosá-los otimamente a cada situação que se apresente lhe atribui natureza de arte. É nesses dois domínios práticos – a ciência e a arte da guerra – que se forma a massa de conhecimentos que, arquetetados com criatividade, permitem aos comandantes de operações táticas ou estratégicas e seus estados-maiores examinar criteriosamente as ameaças e oportunidades, e, aos primeiros, decidirem oportuna, adequada e eficientemente.

Tudo isso foi considerado pelo major Reis Matos a partir dos resultados de suas pesquisas, que lhe permitiram concluir que “a atual metodologia, que averigua habilidades de aplicação doutrinária visando à meritocracia, não estimula, de forma sistemática e substancial, o desenvolvimento de competências em Pensamento Crítico, o que, nos atuais cenários de aplicação da arte da guerra, pode custar caro”, porque eles requerem “oficiais capacitados em inovar e criar práticas nunca antes imaginadas”. Acrescenta que “esse desenvolvimento ainda é um processo incipiente na ECEME e parte disso se deve à ‘cultura do grau’”.

Finalmente, o autor busca atender às características da ECEME e da própria profissão militar, recomendando que os instrutores sejam capacitados para induzir a criatividade dos discentes nas decisões táticas; que os exercícios no terreno sejam oportunidades de ampla liberdade de discussão e de adaptação da doutrina às situações e, para tanto, lhes seja alocado o tempo necessário; e que se adotem “novos parâmetros para a avaliação em grupo”, escapando da gessagem do raciocínio diante da procura da nota.

Uma equipe de seis oficiais portugueses e um brasileiro elaborou o artigo Breve Análise da Geopolítica do Chile, um trabalho baseado em ampla pesquisa que em muito ultrapassa a expectativa induzida pelo “breve” do título. Os autores se propuseram verificar “os principais desafios que se colocam a esse importante país sul-americano e perceber que dinâmicas conduzem a sua política externa”. Para tanto – sempre sob a perspectiva geopolítica específica do Chile, de seu entorno continental e da referência mundial –, fazem um resumo histórico das questões de limites que a nação administrou desde a quarta década do século XIX, nem sempre fora de um quadro de guerra.

Dessa forma, nos apresentam a situação do desafio ao domínio do porto de Callao (1837), no Peru (coligado à Bolívia), de forma a garantir a superioridade das rotas comerciais no oceano Pacífico. Abordam a Guerra do Pacífico (1879-1883), novamente contra Peru e Bolívia, com expressivo aumento territorial e da projeção de poder chileno naquele oceano. Referem-se à disputa pelo canal de Beagle com a Argentina, solucionada por decisão papal, em 1984; bem como à semineutralidade chilena na guerra das Malvinas (1982), dados os temores da possibilidade de os platinos se fortalecerem anímica, política e militarmente como resultado

de eventual vitória, justamente numa época em que o caso do canal estava ativado. E, como era obrigatório destacar, deram, os autores, a importância devida à gestão chilena de seus interesses na Antártica.

Em todos os casos, fica evidenciada a orientação do Estado, à luz da geopolítica, na perseguição da conquista e manutenção dos objetivos nacionais. É a confirmação da visão estratégica chilena, independentemente dos governos que se sucedem, a qual garante a preeminência dos interesses nacionais. Isso só é possível porque existe uma consciência geopolítica consolidada, da qual derivam geoestratégias atualizadas permanentemente, e uma política de relações exteriores consistente.

Veja-se, por exemplo, a afirmação do país como potência média do Pacífico, nesses tempos em que a bacia deste oceano é o cenário de um novo eixo de poder econômico mundial. Esta atitude só está sendo possível porque o Estado chileno pensou geopoliticamente na ampliação citada do litoral e do território, iniciada a partir da primeira metade do século XIX. Além disso, com o embasamento dessa visão estratégica, logo se deu conta de que mais valia se associar aos organismos econômicos internacionais envolvendo países da América e da Ásia – especialmente China e Estados Unidos – do que se imobilizar na retórica latina e na ideologia anacrônica atualmente em vigor no MERCOSUL.

A leitura do artigo fornecerá informação de qualidade sobre a visão geopolítica do Estado chileno.

No artigo Considerações sobre o Emprego de Veículos Aéreos Não Tripulados Armados, à luz do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), os maiores Haryan Gonçalves Dias e Alexandre Augusto Rossa ampliam o debate em torno da legalidade do uso desses drones. Não obstante o escopo, os aurores não deixam escapar a oportunidade de também explorar um tema ético que alguns especialistas chamam de “precisão cirúrgica” garantidora da “guerra limpa”. Não se furtam de abordar o contraditório moral embutido no próprio nome alternativo do DICA – Direito Internacional Humanitário (DIH) –, que opõe aqueles dois conceitos tecnicistas à quantidade de supostos erros operacionais e de imprecisão dos equipamentos, causadores de muitas mortes de pessoas não envolvidas ativamente nos conflitos.

Após um resumo do histórico dos VANT como arma de guerra, os articulistas nos mostram como, na atualidade, os países – Estados Unidos à frente – vêm realizando a P&D e desenvolvendo uma doutrina de emprego que garanta a superioridade do poder relativo de combate, à distância, sem o emprego direto clássico de combatentes nos campos de batalha terrestres e no espaço, nas fases que normalmente sacrificariam o maior número de baixas amigas. Constatase que, uma vez mais, a inovação tecnológica segue à frente da atualização doutrinária; nesse caso, apesar da grande controvérsia internacional sobre a legalidade do emprego como arma tática.

A análise feita pelos autores do artigo permite ao leitor a compreensão do contraditório ético-moral a que nos referimos anteriormente e a tomada de posição pessoal, ante os princípios que envolvem a questão – e que alimentam e enriquecem a discussão, já que alguns se contrapõem mutuamente – Humanidade, Limitação, Distinção, Proporcionalidade e Necessidade Militar.

Na mesma área das preocupações humanitárias com as consequências do uso das armas de guerra sobre as pessoas não envolvidas ativamente nos conflitos, o artigo A Desminagem Humanitária como Instrumento Político da Diplomacia Brasileira, do major Marcelo Florentino Borlina, nos situa nos palcos do mesmo contraditório entre a moral e os procedimentos operacionais nos conflitos armados. Desta feita, o mote são os benefícios políticos, integradores e industriais militares advindos da participação dos oficiais e graduados das Forças Armadas brasileiras nas atividades

de desminagem no nosso entorno de valor estratégico, abrangendo América do Sul, Caribe e África.

Mais uma vez, argumentos inofensíveis dão peso à obrigação humanitária de desminagem adotada pela Organização das Nações Unidas, em resposta ao inoportuno espargimento aleatório, não controlado por meio dos registros a que obriga o Direito Humanitário Internacional, em razão de, na origem do problema, não ter sido respeitado o Tratado de Proibição de Minas (antipessoal). A questão tem abrangência mundial, pois cerca de 67 países já foram reconhecidos como afetados ou suspeitos de enfrentarem essa ameaça, conforme nos informa o autor do artigo.

Com o mesmo propósito geral de avaliar os benefícios do emprego externo de elementos das Forças Armadas à reputação internacional do País, o artigo A Projeção do Poder do Brasil como Força de Paz da ONU na África, do coronel Márcio Bessa Campos, busca “suscitar a discussão sobre os reflexos da atual política externa brasileira no cenário internacional através do envio de tropas para integrar as forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) atuantes no continente africano”. Com perspicácia, o major Bessa vislumbrou a alta probabilidade de o continente africano continuar apresentando o número mais alto de teatro de operações de paz e, assim, ambientou lá o seu trabalho. Tal probabilidade é reforçada pelo fato de o continente africano – em especial sua costa atlântica – ter grande valor estratégico para o Brasil.

Em face da internacionalmente reconhecida disposição do Brasil para apoiar o envio de seus militares para o cumprimento de missões de manutenção e, mesmo, de imposição da paz, o autor teve vários casos e testemunhos para estudar as repercussões sobre a imagem do Brasil e de nossas Forças Armadas. Antes de ler o artigo, antecipei a provável conclusão, lembrando as implicações positivas da atuação brasileira na República Dominicana, em 1965/66, sob a égide da Organização dos Estados Americanos - OEA, sob a ótica da população local, dos militares das nações que ombreavam com os brasileiros e dos diplomatas estrangeiros. O coronel Bessa chega a conclusões semelhantes, analisando os casos africanos de missão de paz e o da nossa atual participação na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a qual não só corrobora as expectativas favoráveis, como nos tem servido como valiosa fonte de novos conhecimentos para esses tipos de missões.

No artigo O Futuro da África Austral: Consequências da Expansão das Fronteiras Regionais e da Bipolaridade, o professor Dr. Igor Castellano da Silva e o pesquisador Pedro Txai Leal Brancher questionam “quais seriam as possíveis tendências de mudança ou continuidade no sistema regional da África Austral à luz das transformações da última década”. Como ponto de partida, discordam da classificação de região politicamente unipolar centrada na África do Sul – comumente aceita – e advogam existir uma bipolaridade compartilhada por esse país e Angola. Sobre tal base, passam a avaliar a teoria da mudança internacional (revolucionária ou incremental) proposta por Robert Gilpin e a analisar o quadro regional, a fim de estabelecer cenários para a possível evolução do sistema regional.

São bastantes interessantes os passos metodológicos e as conclusões parciais calcados na tese de Gilpin, em especial no que se refere aos níveis de eventuais conflitos e ao estabelecimento das linhas de fronteira, à luz dos interesses das potências regionais e mundiais e seus cálculos de custo-benefício. Interesses que acabam ditando o esforço pela manutenção ou mudança do status quo. Igualmente, prendem a atenção os argumentos do contraditório sobre a própria delimitação do complexo regional de segurança da África Austral, tendo em vista as dinâmicas da segurança da região – muito relacionadas às guerras no Congo –, com uns especialistas incluindo a região central dos Grandes Lagos e

outros não.

As conclusões do artigo, muito coerentes com as análises, merecem acompanhamento, inclusive como auxiliares na estruturação das políticas de relações exteriores de quaisquer países com interesses estratégicos naquela região.

No artigo O papel da Agência Espacial Brasileira (AEB) à luz do Setor Estratégico Espacial: o Caso do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o professor Gills Vilar Lopes parte da premissa de que, apesar de a agência ter sido criada com viés civil, “mesmo com o fim da Guerra Fria e o alargamento do conceito de segurança, a caserna não perde relevo nas atividades espaciais brasileiras”. Corrobora a tese com o exemplo da construção civil-militar do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, aspecto central de seu trabalho, um dos ambiciosos projetos do Programa Espacial Brasileiro (PEB) “que têm ajudado a fortalecer as relações civis-militares no País”.

Na abordagem do PEB, Vilar Lopes dá ao leitor não iniciado no campo da segurança e defesa nacional uma verdadeira aula-resumo dos liames da Estratégia de Defesa com a Política de Defesa Nacional, e situa muito bem o programa espacial nessa área política e estratégica, sem deixar de mencionar a expressão “mentalidade de defesa” – por sinal, assunto de um dos artigos desta edição –, tão cara para os militares e civis afeitos ao problema.

Ele destaca, no projeto global de construção do satélite, a importância do desenvolvimento autóctone do veículo lançador, que, infelizmente – acrescentamos –, tem sofrido atrasos devidos, inclusive, aos incidentes normais e ao grave acidente no Centro de Lançamento de Alcântara, em 2003.

O artigo, essencialmente informativo e didático, cumpre plenamente esse propósito.

Os tenentes coroneis Maurício Henrique Costa Dias e Felipe Drumond Moraes fizeram um diagnóstico da doutrina do Exército sobre o emprego das comunicações em operações na selva, em seu artigo Conhecimentos de Interesse da Doutrina sobre Antenas, Radiopropagação e Tecnologia de Rádios HF no Emprego das Comunicações em Operações na Selva na Era da Informação, visando a apoiar a “atualização das publicações doutrinárias referentes ao emprego das comunicações por rádio em operações na selva”.

A fim de chegar às suas conclusões, os autores abordam objetivamente aspectos geopolíticos da região amazônica, da política e da estratégia nacional de defesa, das características do equipamento de rádio em uso no Exército e da doutrina em vigor. Utilizam, também, a opinião de alunos da ECEME com experiência em exercícios naquela área; o que é louvável e certamente, havendo mais tempo disponível, será expandido para um universo mais diversificado.

Para as Forças Armadas brasileiras e dos demais países condôminos, e – haverá dúvida? – as de algumas outras nações, a Amazônia é motivo de capacitação para defendê-la ou para ocupá-la. Se assim não fosse, nós, do entorno amazônico, e os que a cobiçam estaríamos errados, dado o potencial de riqueza ali guardado para exploração. Nossos legítimos interesses históricos, soberanos e legais exigem poder nacional dissuasório, o qual, no campo militar das operações necessariamente descentralizadas aos menores escalões em espaços tão amplos, é absolutamente subordinado às comunicações. Daí a pertinência maior do artigo.

**GEN EX ALBERTO MENDES CARDOSO**

EDITOR DA COLEÇÃO MEIRA MATTOS